

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.483 - RS (2019/0200504-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ADELOR ARTUR PANINI
ADVOGADO : JOÃO SANDRO PAOLIN E OUTRO(S) - SC017001
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Adelor Artur Panini, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 372-373):

TRIBUTÁRIO. ITR. ÁREAS DE PASTAGEM E EXPLORAÇÃO EXTRATIVA. LEI 9.393/96. DECRETO 4.382/2002. NECESSIDADE DE PROVA DE SUA EXISTÊNCIA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. EXTENSÃO.

1. Área servida de pastagem é aquela ocupada por pastos naturais, melhorados ou plantados, e por forrageiras de corte que tenha, efetivamente, sido utilizada para alimentação de animais de grande e médio porte, observados os índices de lotação por zona de pecuária, estabelecidos de acordo com o município de localização do imóvel - Lei 9.393/96, art. 10, § 1º, V, b; Decreto 4.382/2002, arts. 18, II, e 24.

2. É relevante a relação entre a extensão da área de pastagem e seu índice de ocupação, por influir sobre o grau de utilização do imóvel, mas a própria definição de área de pastagem, para fins da legislação do ITR, requer seu uso para alimentação de animais. Deve ser apresentada prova hábil da existência dessas áreas e da quantidade de animais apascentados. Vários são os elementos de prova possíveis (ficha registro de vacinação e movimentação de gados e/ou ficha do serviço de erradicação da sarna e piolheira dos ovinos, fornecidas pelos escritórios vinculados à Secretaria de Agricultura; notas fiscais de aquisição de vacinas; declaração/certidão firmada por órgão vinculado à respectiva Secretaria Estadual de Agricultura; anexo da atividade rural (DIRPF); laudo de acompanhamento de projeto fornecido por instituições oficiais; declaração anual de produtor rural, dentre outros), tratando-se de documentação pertinente à atividade agropecuária, forçosamente disponível ao produtor rural que mantém rebanho.

3. Raciocínio semelhante aplica-se à área de exploração extrativa, sobre a qual deve haver, no mínimo, prova do que é extraído - Lei 9.393/96, art. 10, § V, c; Decreto 4.382/2002, arts. 27 e 28. As implicações da exploração de atividade extrativa sobre a apuração do ITR são semelhantes às produzidas por área de pastagem, não havendo nos autos sequer a essencial informação sobre qual seria o produto vegetal ou florestal extraído.

4. A pretensão de alterar dados sobre área de preservação permanente inseridos na declaração de ITR, que não foram objeto de glosa, não encontra

Superior Tribunal de Justiça

amparo na alegação de que essa área seria superior, conforme laudo técnico, sobretudo porque não condiz com as demais informações sobre a área da propriedade.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados.

O insurgente alega a existência de contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC, por entender que o acórdão foi omissivo quanto ao fato de que, ao constatar erro na declaração, houve apresentação de laudo técnico comprovando a área de 103,16 hectares de preservação permanente.

Assevera, ainda, que houve ofensa ao art. 10, § 1º, II, "a", da Lei n. 9.393/1996, c/c o art. 10, I, do Decreto n. 4.382/2002, sob o argumento de que a área tributável deve ser calculada excluindo-se a área total de preservação permanente.

Foram apresentadas contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do voto condutor do aresto impugnado (e-STJ, fls. 367-368):

É relevante, portanto, a relação entre a extensão da área de pastagem e seu índice de ocupação, por influir sobre o grau de utilização do imóvel, mas não apenas isso. A própria definição de área de pastagem, para fins da legislação do ITR, requer seu uso para alimentação de animais.

Nesses termos, não há dúvida de que deve ser apresentada prova hábil da existência dessas áreas e da quantidade de animais apascentados. No caso dos autos, o autor nada trouxe nesse sentido, somente produzindo prova da extensão da área de reflorestamento. A aceitação, pelo Fisco, da informação contida no laudo técnico referiu-se ao objeto deste, isto é, à área de reflorestamento, enquanto outros seriam os elementos necessários para a configuração de áreas de pastagem.

Como bem indicou a autoridade administrativa, vários documentos poderiam ter sido apresentados pelo autor - 'ficha registro de vacinação e movimentação de gados e/ou ficha do serviço de erradicação da sarna e piolheira dos ovinos, fornecidas pelos escritórios vinculados à Secretaria de Agricultura; notas fiscais de aquisição de vacinas; declaração/certidão firmada por órgão vinculado à respectiva Secretaria Estadual de Agricultura; anexo da

atividade rural (DIRPF); laudo de acompanhamento de projeto fornecido por instituições oficiais; declaração anual de produtor rural, dentre outros'. Trata-se de documentação pertinente à atividade agropecuária, que o produtor rural que mantém algum rebanho forçosamente terá.

Considero, portanto, que não houve a adequada comprovação da área de

Superior Tribunal de Justiça

pastagem declarada, razão pela qual reformo a sentença quanto ao tópico, mantendo a glosa feita pelo Fisco.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT", E § 3º DA LEI 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIGIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1022 do atual Código de Processo Civil, haja vista que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Com efeito, o acórdão recorrido foi claro ao decidir que é factível a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade.

2. Extrai-se do acórdão vergastado que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do STJ de que o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei 8.213/91 pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições.

3. Outrossim, depreende-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar se foram preenchidos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade híbrida, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido, com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.789.828/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/4/2019)

Ao julgar os recursos de apelação formalizados pela União e pelo ora recorrente o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 369):

Na declaração de ITR o autor quantificou em 13,3ha a área de preservação permanente existente em seu imóvel. Essa área não foi objeto de glosa por parte do Fisco.

[...] A sentença tratou desse tópico em detalhes e deteve-se em transcrever os termos das manifestações do autor na via administrativa. O que se vê dessa transcrição é que o autor discorreu por várias vezes sobre a área de reserva

legal, mas não sobre área de preservação permanente.

O magistrado singular bem destacou que essas áreas não se confundem, e que as áreas de reserva legal devem ser averbadas na matrícula do imóvel. Reconheceu, desse modo, estarem averbados 101,24ha.

Veja-se que a proposta do autor, de que existiriam 103,16ha de área de preservação permanente, não condiz com as demais informações sobre a propriedade.

Para afastar o entendimento a que chegou a Corte *a quo*, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar se outra é a área de preservação permanente, como sustentado neste recurso especial, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo extremo, por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

TRIBUTÁRIO. ITR. ISENÇÃO. ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL (ADA). PRESCINDIBILIDADE. PRECEDENTES. ÁREA DE RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. NECESSIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que "é desnecessário apresentar o Ato Declaratório Ambiental - ADA para que se reconheça o direito à isenção do ITR, mormente quando essa exigência estava prevista apenas em instrução normativa da Receita Federal (IN SRF 67/97)" (AgRg no REsp 1.310.972/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/6/2012, DJe 15/6/2012).

2. Quando se trata de "área de reserva legal", as Turmas da Primeira Seção firmaram entendimento de que é imprescindível a averbação da referida área na matrícula do imóvel para o gozo do benefício isencional vinculado ao ITR.

3. Concluir que se trata de área de preservação permanente, e não de área de reserva legal, não é possível, uma vez que a fase de análise de provas pertence às instâncias ordinárias, pois, examinar em Recurso Especial matérias fático-probatórias encontra óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.668.718/SE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 13/9/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

